

EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA: GÊNERO E SEXUALIDADE EM TEMPOS DE ESCOLA “SEM” PARTIDO – ENTREVISTA COM FERNANDO SEFFNER

Jean Pablo Guimarães Rossi *
Ricardo Fernandes Pátaro **

Esta entrevista foi cordialmente concedida pelo professor Fernando Seffner em abril de 2019 nas dependências da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR/*Campus* de Campo Mourão, por ocasião de palestra proferida por Seffner durante a Aula Magna do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) com o tema “Democracia, Escola e Ensino de História”. As reflexões realizadas por Seffner nesta entrevista versam sobre questões de gênero, sexualidade e o movimento auto denominado Escola Sem Partido (ESP). Diante dos embates políticos da atualidade, Fernando Seffner discute a respeito da liberdade de ensinar e aprender e reflete sobre a relevância de perspectivas pós-estruturalistas, estabelecendo um paralelo com outras/os autoras/es que também fazem parte deste campo científico. Ao fim da entrevista, Seffner deixa um convite a todas e todos que desejam lutar em defesa de um ensino laico, plural e democrático, explanando acerca do Movimento Ação Educação Democrática, no qual tem se engajado atualmente. O Ação Educação Democrática é organizado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em parceria com o Movimento Educação Democrática¹.

O professor Fernando Seffner cursou Geologia e História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), possui mestrado em Sociologia e doutorado em Educação pela mesma instituição e Pós-Doutorado pela Columbia University, Estados Unidos. Atualmente, atua como docente e orientador junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU), na linha de pesquisa Educação, Sexualidade e Relações de Gênero, e como docente e orientador no Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA da UFRGS. Suas pesquisas têm como ponto principal a investigação dos processos de produção, manutenção e modificação das masculinidades, situação de vulnerabilidade à AIDS, direitos humanos, políticas públicas de gênero e sexualidade, teorizações *queer* e estudos etnográficos do espaço escolar.

Atualmente, você coordena um projeto de pesquisa intitulado “Processos culturais e pedagógicos de produção, manutenção e modificação das masculinidades no âmbito da cultura escolar: reiteraões e transgressões da norma”. Poderia nos contar um pouco a respeito das investigações relacionadas a tal projeto?

Fernando Seffner: Eu trabalho, há bastante tempo, na linha de pesquisa “Educação, Sexualidade e Relações de Gênero”, do Programa de Pós-Graduação em Educação

da UFRGS, que foi criada e sustentada durante muitos anos pela professora Guacira Lopes Louro, uma referência na área dos estudos de gênero e sexualidade. Dentro desse grande campo dos estudos de gênero, sexualidade e educação, dei ênfase na produção de masculinidades, produção essa que sofre há alguns anos uma série de tensões do movimento feminista, movimento *gay*, movimento *trans* e, de maneira geral, de outras configurações da sociedade. Um de meus interesses atuais, que me leva a visitar o espaço escolar sistematicamente, é observar como meninos se relacionam com meninas, e como meninos passam pelo processo de construção de suas próprias masculinidades, sobretudo nesses tempos em que temos uma série de debates em relação ao que é ser homem e sobre os diferentes modos de viver a masculinidade. Eu gosto muito dessa temática e a percebo hoje em dia nas escolas. Percebi também nas ocupações² um grande número de meninos que têm ideias feministas, no sentido de “quero ter uma relação de igual para igual com as meninas”, uma relação de equidade de gênero, meninos que admitem um compartilhamento de tarefas ou um linguajar de inclusão da mulher dentro de suas atividades. Na mesma sala de aula, infelizmente, você tem também outros meninos que têm uma posição de que “homens são superiores às mulheres” e todos os enfrentamentos decorrentes disso. Particularmente, eu venho me dedicando a colher cenas escolares onde há esses embates e enfrentamentos entre meninos e meninos, meninos e meninas, geralmente por defesa de posições mais equitativas entre ambos. Atualmente observo, como disse anteriormente, uma adesão maior a esses ideais feministas. Pude ver isso, por exemplo, nas ocupações das escolas no Paraná, como mencionei anteriormente. Chama a atenção o fato de que as principais lideranças das ocupações eram mulheres, meninas. Então eu acho que o ambiente escolar hoje em dia é um lugar em que, além das aulas, além de tudo que se faz, há muita experimentação do que é viver as relações entre mulher e homem. Além do mais, os dados mostram que as meninas, hoje, estudam cada vez mais, os dados em todo o mundo e no Brasil, em particular, mostram que elas progridem mais, no sentido de que reprovam menos. Elas têm uma maior adequação idade/série, elas se formam e caminham cada vez mais para carreiras chamadas científicas. Então, temos presenciado uma participação das mulheres em campos anteriormente masculinos, por exemplo, comandante de avião. Nas minhas últimas quatro ou cinco viagens de avião tenho percebido que a aeronave foi comandada por uma mulher, o “piloto” era uma mulher, como elas se referiam.

Então, isso tudo gera uma reação da parte de alguns meninos, que se sentem ameaçados diante disso. Talvez você tenha ouvido falar que temos atualmente uma “masculinidade tóxica” entre nós, esse termo se popularizou. Nós temos, no caso desses *serial killers* no Brasil, por exemplo, que mataram pessoas em escolas, tínhamos ali alguns meninos com essa denominação chamada *incels*, que quer dizer celibatários involuntários, essa expressão vem do inglês³. Então é importante analisar que impacto isso produz nos meninos, como eles se sentem frente às meninas cada vez mais empoderadas e cada vez mais engajadas e disputando espaço com os meninos. Tenho investido no que chamo de “etnografia do espaço escolar”, uma observação prolongada do espaço escolar, que significa retornar sucessivas vezes a esse espaço para perceber como se distribui a sala de aula, como falam os(as) ali presentes, quais são os enfrentamentos verbais e como se comportam na hora do recreio, por exemplo. Isso supõe idas periódicas à escola, para poder estar lá naquele ambiente e verificar como se dão as interações, inclusive, quando não tem aula, como foi o caso das ocupações, que foi um dos momentos mais interessantes, quando eu fiquei longamente vivendo em algumas delas para ver como isso acontecia lá dentro. Então, é essa minha pesquisa a respeito dos processos culturais e pedagógicos de produção, manutenção e modificação das masculinidades no âmbito da cultura escolar. É fazer uma etnografia do espaço escolar e também ver filmes sobre a escola, tem vários na Netflix, ler romances que se passam em escola, desde o clássico “O Ateneu” do Raul Pompéia, passando por outros que tematizam esse lugar como um espaço importante na vida de todo mundo.

Em um artigo publicado no ano de 2018, intitulado “Gênero e sexualidade: entre a explosão do pluralismo e os embates da normalização”, você afirma que as questões de gênero e sexualidade têm tomado proporções tensas na arena política e no interior dos grupos políticos. Poderia nos dizer um pouco sobre o que tem percebido nos debates atuais acerca da aprovação ou não aprovação da temática de gênero no âmbito escolar?

Fernando Seffner: Gayle Rubin tem dois ou três textos clássicos em que ela afirma que nos momentos de crise – seja crise econômica, política – as questões de gênero e sexualidade têm grandes chances de se transformarem em motivo de pânico moral. Então, por exemplo, por que o Brasil está supostamente mal hoje em dia na opinião de algumas pessoas? Essas pessoas entendem que é porque supostamente existe, do ponto de vista de gênero e de sexualidade, uma “permissividade muito grande”,

mulheres trabalhando e ocupando cargos que anteriormente eram apenas de homens, homens que assumem sua feminilidade, ou que fazem cirurgia, entre outras coisas. Pra você ver como isso é atual, li uma matéria no jornal mostrando que o Vaticano está realizando uma discussão sobre o abuso e a pedofilia dos padres. Em entrevista, um dos bispos ignorou que esse problema vem de longa data e disse que o abuso está acontecendo por que a igreja foi atingida por essa corrupção dos costumes de gênero, que se disseminou e acabou atingindo os padres também. A gente de vez em quando percebe isso nas aulas de História, com a suposta explicação de que o Império Romano foi decaindo e um dos motivos é porque se generalizou a prática da homossexualidade. Gayle Rubin analisa isso e de lá para cá eu venho tomando essa ideia para mostrar que – não por vontade nossa e não por vontade minha ou sua – a conjuntura política tomou os temas de gênero e os levou até o centro da vida política adotando-os como representante de um pânico moral. Eram temas da periferia da vida política e, hoje em dia, eles estão na boca dos políticos, é só ver o que o presidente patrocinou durante o carnaval, mostrando aquelas imagens e tudo mais. Então, são as lideranças políticas e religiosas que trazem o tema de gênero e sexualidade. Para mim, isso trouxe uma centralidade para esses temas que a gente não imaginava, não imaginava que esses temas seriam objeto de tanta legislação, de tanto pânico, de tanto moralismo, de tanta citação e, como eu falei ainda há pouco, eu não imaginava que as leituras que nós fazemos, os próprios textos nossos, acabassem sendo objeto de controvérsia do lado de lá. Mais do que isso, eu ainda estou tentando entender essa conjuntura toda. Para usar uma expressão que não é minha, é do Richard Miskolci, da UNIFESP, atualmente, entendemos que para a sociedade brasileira e para a vida política, os temas de gênero e sexualidade tomaram uma centralidade que nem nós mesmos sabíamos que existia. Eu sempre achei que era importante discutir gênero e sexualidade, mas não imaginava que a coisa se daria nesse nível. Então, é óbvio que as tensões em torno desse tema ficaram muito maiores quando tem presidente, ministro, ministra que sistematicamente se referem equivocadamente aos temas que nós pesquisamos, o que não acontecia antes. Então, está armada essa confusão e há uma centralidade, basta pronunciar a palavra gênero que já dá um incêndio e isso não acontecia antes. Quer assustar alguém hoje em dia? É só falar “Lá vem a ideologia de gênero”. Todo mundo se assusta.

Aproveitando o ensejo, uma das temáticas com as quais você tem trabalhado é a suposta “ideologia de gênero”. Enquanto pesquisador na área dos estudos de gênero, poderia nos dizer o que esse termo significa?

Fernando Seffner: O termo “ideologia de gênero” prejudica as discussões sobre gênero. A palavra ideologia é verdadeiramente aquilo que se chama de “significante vazio”, muita coisa cabe dentro dessa palavra. É vazio e ao mesmo tempo serve para repreender. Quando você vê, por exemplo, meninas reivindicando alguma coisa na escola e alguém diz “Isso é ideologia de gênero!”, é uma forma vazia de ser contra algo e de repreender. É justamente o que mencionei a respeito do bispo, mais ou menos o que ele dizia é o seguinte: “O problema não é a pedofilia dos padres, o problema é que na sociedade existe uma ideologia que se disseminou, chamada ‘ideologia de gênero’ e que contaminou os padres”. Nessa avaliação, que é vazia, parcial e repreende os estudos de gênero por algo que não é sua responsabilidade, os padres pedófilos passam de culpados para vítimas, então as crianças abusadas não são mais as vítimas, as vítimas são eles, os pedófilos, e os culpados, nessa visão, são as discussões de gênero, que em nada incentivam práticas violentas. Então, o termo “ideologia de gênero” repreende quem fala sobre gênero, como se o fato de falar abertamente sobre esse tema fosse incentivar violência e abuso, por exemplo. Então, mais uma vez viramos culpados. Esse mecanismo que sistematicamente pega assuntos dos mais variados e diz: “Viu, esse é mais um problema da ideologia de gênero!”, esse mecanismo está na categoria do “significante vazio”, muito trabalhada na Análise do Discurso, não na análise foucaultiana, na Análise do Discurso mais voltada a linguística, de Pecheaux. É como se uma determinada expressão se convertesse em uma espécie de “bombril”, que tem mil e uma utilidades e pode ser usado para tudo. É o caso da suposta “ideologia de gênero”, que é usada para argumentar contra as discussões de gênero. Assisti a uma palestra em São Paulo sobre isso recentemente. A palestra versava sobre como o acordo de paz entre as FARC e o governo da Colômbia acabou não sendo possível de ser assinado por conta de uma “denúncia” de que no acordo tinha elementos da “ideologia de gênero”. Isso tomou uma proporção que terminou impedindo a assinatura do acordo. Essa é a ideia de significante vazio, em que a qualquer momento alguém pode dizer que se existe um problema, isso é por causa da “ideologia de gênero”, aqui entre aspas, pois é um termo vazio. É isso que cresce para todos os lados e acaba virando um pânico moral. Eu acho que isso é um perigo, porque criminaliza uma série de coisas que, às vezes,

eu acho que tem muito pouco a ver com gênero, por conta do uso dessa categoria de acusação e de repreensão.

O Brasil lidera o *ranking* mundial como o país com o maior número de pessoas LGBT assassinadas – uma vítima a cada 19 horas. Diante disso, como você percebe as potencialidades do espaço escolar no combate e enfrentamento da LGBTfobia? Como a escola deve agir perante as ações de preconceito e discriminação?

Fernando Seffner: O Brasil é um país extremamente violento sob todos os aspectos, violento com pessoas de cor da pele negra, violento com os pardos, violento com os jovens, com moradores de favelas, com crianças, violento com as mulheres, é só olhar a questão do feminicídio. Na esteira disso, tem também muita violência com as chamadas minorias sexuais. Esses dados sobre violência se referem a pesquisas do Grupo Gay da Bahia (GGB) e outras pesquisas feitas por outros organismos, que comprovam que o Brasil vive um alto grau de agressão. Então o Brasil tem essa coisa maluca, nós temos a maior parada *gay* do mundo, que é a de São Paulo – ela é maior do que a de Nova York, por exemplo, em termos de números de pessoas – e nós temos também esse convívio nada amistoso entre as pessoas e com a diversidade presente em seu cotidiano. Então, eu pergunto, no meio de tudo isso, “Vamos olhar a tarefa da escola?” Eu sou um apóstolo da escola pública, cada vez mais sou um apóstolo da escola pública, eu acho que a escola tem um papel muito importante, ela é um lugar importante, em que meninos e meninas devem aprender a conviver de um modo respeitável e, meninos entre si e meninas entre si, poderiam perceber que sim, tem menina que gosta de menina e isso não as torna pessoas que a gente vai matar e tem menino que gosta de menino etc. Então, temos no Brasil, hoje em dia, na rede escolar, muitas experiências boas, trabalhos anti-homofobia, temos visto o programa *Brasil Sem Homofobia*, em que foi possível desenvolver nas escolas um convívio respeitoso com as diferenças. Tudo isso se encontra sob ataque hoje em dia, não só os programas como uma série de coisas, e quando se retira gênero e sexualidade da escola, se retira também essa possibilidade de construir uma convivência democrática e respeitosa. Eu acho que a escola tem sim um papel muito importante no sentido de educar para uma equidade de gênero e para um respeito às diferentes orientações sexuais, porque hoje em dia tem orientações sexuais das mais variadas, mas isso também depende de ter uma política pública que se preocupe com isso. Hoje em dia,

a criança vai para escola com quatro anos e vai ficar até os dezoito anos, se for uma escola de turno integral vai ficar muito tempo dentro da escola, então ela vai viver muitas situações educativas, em termos de respeito às diferenças, mas, para isso, é preciso construir, ou pelo menos manter políticas públicas já existentes, mas atualmente tais políticas estão sob ataque.

O que você poderia elencar como sendo os maiores desafios e/ou entraves para o trabalho de gênero e sexualidade em sala de aula? Os(as) professores(as) estão preparados(as) para abordarem essas temáticas?

Fernando Seffner: No geral, docentes brasileiros não têm uma preparação adequada para tratar temas relativos às questões de gênero e sexualidade nas conexões com as culturas juvenis, até porque são poucos os cursos no Brasil, nas licenciaturas em geral, em que esses temas são obrigatórios. A Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC tem como obrigatória nas licenciaturas uma disciplina que trata do gênero, sexualidade e culturas juvenis, isso significa que o(a) futuro(a) docente passa por uma formação. No geral, já é deficiente essa formação inicial e, em segundo lugar, é deficiente também a proposta feita pelas mantenedoras, as principais mantenedoras são os municípios que sustentam as redes municipais e os Estados, a própria União, que deveriam oferecer aos professores, a cada ano letivo, alguns encontros para discutir isso. Existe uma terceira perna disso, que não está tão mal, que é a oferta de material pedagógico. As editoras, programas governamentais e muitas ONGs, produziram nos últimos anos materiais de qualidade, assim como o movimento negro produziu material de qualidade para ser usado nas escolas, material didático mesmo, para formação do(a) professor(a) e para uso com alunos(as). Sob este aspecto estamos mais bem servidos, tanto que o Brasil já ganhou prêmios por conta desses materiais. Mas o problema é maior, ainda que existam bons materiais, se você associar a falta de formação com as ameaças que sofrem todos(as) aqueles(as) que tentam trabalhar com gênero na escola, então estão dadas as condições para que o(a) professor(a) não queira abordar o tema em sala de aula, mesmo acreditando em sua importância. Na maioria das vezes, eu estou cada vez mais convencido disso, esses temas surgem por demanda do alunado, então, o professor, a professora, se vê na posição de responder a uma demanda dos(as) alunos(as), que é o direito de aprender, o direito de fazer suas perguntas e ter as suas dúvidas solucionadas dentro da sala de aula, mas o panorama não é muito animador. Há outros países, o Uruguai

é um caso clássico em que a disciplina de Educação Sexual existe há muito tempo, e tem uma série de materiais de muita qualidade produzidos e o professor então tem em que se apoiar. Isso tudo lhe dá mais segurança, porque o Uruguai não vive essa confusão da “ideologia de gênero” no mesmo grau em que há no Brasil. Paradoxalmente, o Brasil pesquisa muito os temas da sexualidade, mas não transforma essas pesquisas em material didático, isso é um problema, o cenário não é muito bom. Há campanhas para que esse tema não seja trabalhado nas escolas, por outro lado, a televisão, todos os meios de comunicação, a população, no geral, a sociedade brasileira é uma sociedade altamente sexualizada, é a sociedade do corpo, da praia, da exposição, do carnaval... o Brasil se vende para o resto do mundo e gosta disso, os brasileiros gostam também de se considerar uma sociedade que não é “careta”, que não é puritana como os Estados Unidos, que as nossas mulheres não são como as mulheres alemãs ou as inglesas, a nossa mulher é sensual, os nossos homens são todos “malandros”. Então, a gente se vende com isso e depois não quer que se discuta na escola, mas a mesma criança que vai na escola, também faz parte da sociedade e ela vê isso tudo. Então, é um paradoxo grande, não querem que discuta na escola e, ao mesmo tempo, há uma expressão enorme da sexualidade pública entre nós, polêmicas do beijo *gay*, novelas, tudo quanto é coisa... Eu visitei, em São Paulo, os *sexshop* evangélicos. É uma ideia para afastar aquela imagem de que a mulher evangélica, o casal evangélico, seria super “careta”, que só faria sexo “papai e mamãe”, então até nesse terreno houve uma abertura. É um negócio muito maluco, você estimula, estimula, estimula, as crianças estão no meio social, estão vivendo, estão vendo tudo isso, mas proíbe a escola de abordar de uma forma adequada o tema. O Brasil é um segundo mercado que mais acessa pornografia e um dos que mais produz pornografia e, ao mesmo tempo, na escola não pode falar sobre sexualidade de uma forma adequada? Vai deixar os jovens com a imagem que a pornografia passa do sexo? Eu acho que isso é de enlouquecer, mas essa é a situação. Por que a escola não pode falar de um assunto que faz parte de qualquer letra de música hoje em dia? É um paradoxo e um traço da cultura brasileira que precisa ser discutido. Então esse é um dos desafios para o trabalho de gênero e sexualidade na escola, além da formação docente, é lógico. Não dá pra esconder sob o tapete e achar que as famílias vão dar conta de discutir sexualidade com nossos

jovens, é preciso que a escola, como instituição educativa, ajude na formação das crianças e jovens. Discutir gênero e sexualidade na escola é muito importante.

Em algumas de suas publicações recentes, você tem tecido reflexões importantes a respeito dos problemas relacionados ao “Escola Sem Partido”, movimento que se considera apolítico e vende a ideia de neutralidade docente. Como você, enquanto pesquisador, percebe as implicações desse movimento para o trabalho docente?

Fernando Seffner: Na graduação, eu sou responsável pela disciplina de Estágio Docente em Ensino de História. O movimento Escola Sem Partido (ESP) atinge muito essa disciplina, cerceando e proibindo temas históricos e discussões que são importantes para a formação ética das crianças e jovens. Para mim, O ESP constitui uma ameaça ao ato de ensinar, que é um valor muito importante da docência, em todos os países, afirmada e reafirmada na Constituição Brasileira de 1988, inclusive na Constituição de 1967 do próprio regime militar. Eu tenho um capítulo de livro sobre isso⁴. O fato é que a docência pressupõe a liberdade de ensinar. A esse respeito alguém poderia perguntar: “Mas então o professor tem liberdade absoluta para ensinar?”. Eu respondo: “Não, a liberdade absoluta nunca existe”. O que temos é um conjunto de liberdades, direitos e deveres que se complementam. Por exemplo, eu tenho o direito de ir e vir, posso ir daqui até o hotel, mas não posso ir guiando meu carro pela contramão das ruas, eu não posso, porque existe o Código de Trânsito. Não posso ir para minha casa passando pelo meio do terreno da casa dos vizinhos, pois existe o direito à propriedade. O que quero dizer é que a liberdade de ensinar já é moderada pelo direito brasileiro por outras leis, não precisamos de um ESP para cercear a liberdade docente de ensinar. Outro elemento que vale a pena destacar é que o ESP frisa muito a proibição de discussões partidárias dentro da escola. Na verdade, o ESP quer coibir apenas um tipo de discussão partidária, o ESP quer proibir apenas um partido e uma ideia muito específica. Podemos ver isso claramente quando verificamos as vinculações políticas dos idealizadores do ESP, por exemplo, pois eles possuem, sim, seus partidos. Um dos propositores, que é o antigo prefeito de São Paulo, agora governador de São Paulo, João Dória, ao mesmo tempo em que defendia o ESP, recebia a fundação MISES que representa uma determinada ideia política e autorizava a distribuir livros dessa fundação nas escolas de São Paulo. Veja, dizer que o ESP é contra a discussão de partido na escola é, evidentemente, uma mentira,

o ESP é contra algumas discussões, vindas de alguns tipos de partidos. Então, esse projeto é um engodo sob esse aspecto, porque o ESP diz que pode discutir que a ditadura não foi uma ditadura na aula de História, mas dizer que ela foi uma ditadura, não pode. Eu posso dar um exemplo bem claro, em várias escolas públicas no Brasil, as direções promoveram aquela ideia de que “nossa bandeira jamais será vermelha”, isso é fazer política partidária dentro da escola, mas aos olhos do ESP não é considerado política partidária. Então, para usar bem claramente a expressão de um colega meu, qual é o partido do Escola Sem Partido? (NICOLAZZI, 2016)⁵. O ESP tem claramente um partido e é esse partido que ele defende. A nossa encrenca é que esse movimento defende um negócio que é justamente tudo o que eles não são. Isso é um agravo hoje em dia à liberdade de ensinar e do direito à educação, como muito bem coloca a manifestação do Ministro Barroso, quando barra o PL do Estado de Alagoas, que está suspenso, embora aprovado na Assembleia Legislativa. A educação depende da liberdade de ensinar, de aprender, de pensamento e de outras liberdades definidas pela constituição. O movimento ESP, que é contrário a essas liberdades, não é um movimento que quer garantir a educação, mas apenas garantir os interesses de seus idealizadores, eles próprios ideológicos e partidários. Então, esse movimento prejudica muito todos os ensinos, mas o de História em particular.

Sua formação de origem é História e, posteriormente, mestrado em Sociologia. Consegue perceber, de maneira mais específica, alguma implicação do movimento Escola Sem Partido para o ensino dessas duas disciplinas?

Fernando Seffner: Eu sou uma pessoa um pouco atípica no ambiente acadêmico, na verdade, eu fiz primeiro Geologia, sou Geólogo formado pela URGS, trabalhei pouco tempo nessa área, enquanto fazia o curso e como fruto desse movimento todo com a Constituição de 1988, eu acabei tomando outros rumos na vida, que foram esses rumos de tentar reconstruir a democracia brasileira, falando genericamente. Então, eu voltei para a universidade, fiz o curso de História, quando me interessei sobremaneira pelos estudos desses clássicos da Sociologia. Estudei, depois fui fazer mestrado em Sociologia e fui parar naquilo que eu considero que foi uma das decisões mais certas que eu fiz, que é a área de Educação. Eu adoro a área de Educação, agora tenho certeza que vou assim até morrer, já há quatro anos que sou aposentado e não tenho vontade de parar de trabalhar. Eu tenho uma formação bastante híbrida. Hoje em dia, coincidentemente, a Sociologia e a História são as disciplinas mais atingidas por essa

ideia de neutralidade do ESP. No caso da Sociologia, a coisa tomou um volume que é, inclusive, de eliminação de disciplina do currículo, tem propostas bem explícitas para isso, tem gente que se diz de direita, conservadora, que entende a Sociologia como inútil, recusa a ideia de que a Sociologia é ciência. Isso é um absurdo! Na História, eu acho que esse negócio não chega a esse volume, é um pouco difícil alguém defender que não tenha História no currículo. No caso da nossa área, é muito mais a defesa de “que tipo de História”, mesmo assim, na Reforma do Ensino Médio, a História periga sofrer uma diminuição de carga horária, dependendo do modo como essa Reforma for implantada, porque no Brasil, entre as reformas e a sua implantação, vai um campo de lutas completamente imprevisível e o Brasil está muito imprevisível. Isso tem implicações no caso do ensino de História, esse revisionismo e esse negacionismo. Há o impedimento de se discutir certas coisas, também tem essa ideia que o ministro anterior tinha e provavelmente esse atual também tem, porque nós trocamos “seis por meia dúzia”, que é a ideia de que a História tem que servir para enaltecer o Brasil. E isso corresponde a uma concepção de História que dificilmente qualquer historiador segue, mas ela voltou com muito vigor, que é uma concepção muito militar, de que nós “temos que elogiar o Duque de Caxias”, se alguém matou quinhentas mil pessoas “foi necessário lutar”, “se houve ditadura é porque foi necessário, porque havia o perigo do suposto comunismo”, e não havia perigo nenhum de comunismo, já está mais que comprovado isso. É claro que essas disciplinas são mais sensíveis, mas daí você me pergunta: “Como é que isso vai andar?” Eu não sei direito, nem me atrevo a tais embates neste campo hoje em dia, que eu não sei direito o que vai acontecer. Acho que a única certeza que nós temos é que tem muita disputa, muita guerra de narrativas e elas não vão cessar tão cedo, ou seja, nenhum dos dois lados tem tanta força para coibir o outro lado.

De maneira geral, como você percebe as implicações do cenário político atual para a educação brasileira?

Fernando Seffner: Desde a Constituição de 1988, houve um crescimento e um desenvolvimento sem precedentes no cenário educacional, sem nenhuma dúvida. E é isso o que está sendo desmontado hoje, todos os direitos conquistados desde 1988 estão em risco. Eu comparo muito com o Uruguai, Argentina e o Chile, países que são vizinhos aqui e que eu visitei muitas vezes, e a gente percebe que nesses países a importância da educação pública é gigantesca, a rede de educação pública é grande,

é de qualidade. Eu vejo, hoje em dia, que é impossível pensar em qualquer coisa no Brasil sem levar em conta o sistema educacional, sem isso, é impossível pensar uma ideia de nação ou de país. Então, não há como recuar, no sentido de fazer o que a gente já fez durante muito tempo no Brasil, que é retirar as pessoas da escola, ou seja, negros não vão, mulheres não vão, pessoas pobres não vão, gente do meio rural não vai, gente idosa que quer voltar a estudar não vai ter colégio, porque tem que estudar na idade certa, como nosso outro ministro perguntou “Por que investir na Educação de Jovens e Adultos (EJA) se, afinal de contas, a pessoa já passou da hora de estudar?” Isso é um equívoco. Ensino Superior sofre um pouco a mesma coisa. Eu nem sei como o cenário vai se comportar, mas isso que eu vou dizer agora tenho certeza, o que nós estamos assistindo no MEC, desde o governo Temer e agora escancaradamente no governo Bolsonaro, é uma guerra interna das mais gigantescas e acredito que ela vai continuar, porque o empreendimento educacional, hoje em dia, tem uma importância muito grande, então não tem como “deter essa carroça”, mas você pode tentar guia-la, tirar um negócio do meio etc. Então, estamos vivendo e vamos continuar a viver tempos turbulentos para quem trabalha em educação, do Ministro até a professora da escola das primeiras letras, inclusive, porque hoje em dia tem uma discussão sobre a educação de quatro ou seis anos, absolutamente gigantesca, muito maior do que a gente imagina. Eu sei porque na faculdade que eu trabalho tem uma linha de pesquisa forte sobre Educação Infantil e eu gosto de conversar com as colegas, são todas mulheres, e eu me dou conta que lá tem uma guerra declarada também, basta ver a polêmica do Brasil sobre a alfabetização. O Brasil vai ser um dos únicos países do mundo onde alfabetizar virou uma questão que até generais do exército tem opiniões leigas a dar sobre ela. Eu acho que, por um lado, isso também significa uma vitória nossa, eu digo nossa em um campo mais progressista em educação, a gente decididamente politizou o entendimento educacional, a gente sabe, a gente conseguiu mostrar que desde que a gente faça uma política pública, escolha um método, desenhe uma aula, isso é uma decisão política. É por isso que aquela frase de Paulo Freire provoca tanta ira, quando Freire diz mais ou menos assim “cada atitude educacional, é simultaneamente uma atitude política”, você nunca escolhe uma coisa apenas por ordem pedagógica, didática ou propriamente educacional, você escolhe também por questões de ordem política e isto está refletido no método de alfabetização de Paulo Freire. O ministério da

educação diz que quer soluções técnicas, mas coloca toneladas de pastores, militares, que não entendem nada de educação. Onde está o técnico? Só vejo decisões norteadas por interesses político-partidários, religiosos entre outros. Eu acho que essa guerra está muito longe de terminar, eu só prevejo tempos turbulentos aí pela frente, espero sobreviver a eles.

Em sua linha de pesquisa, você enfatiza que trabalha a partir de uma perspectiva científica pós-estruturalista. Como você definiria a ótica científica de cunho pós-estruturalista? Qual a relevância dessa perspectiva para as pesquisas que você tem desenvolvido?

Fernando Seffner: Estou dando uma disciplina nesse semestre, nas quartas-feiras à tarde, que é para discussão de abordagens metodológicas nessas perspectivas com as quais eu me filio, que no geral tem a palavra “pós” na frente, pós-moderna, pós-modernidade, pós-estruturalistas, pós-críticas, pós-identitárias, pós-coloniais ou decoloniais. Eu acho esse assunto de uma complexidade enorme, passei uma parte das férias lendo para preparar melhor a disciplina. É uma disciplina muito importante para o nosso programa e na nossa linha. Então, eu tive que me qualificar um pouco e estou ministrando-a pela primeira vez. Estou gostando muito de ler. Eu diria assim, de modo um tanto resumido, mas não grosseiro, que eu sou filho das perspectivas estruturalistas, do estruturalismo do Lévi-Strauss, do estruturalismo marxista, das grandes narrativas do estruturalismo próprio do pensamento liberal, por exemplo, sou fruto desse “caldo”. Com a idade que eu tenho, 63 anos, depois de um longo tempo de pertença a uma perspectiva mais marxista, propriamente o marxismo estruturalista, eu migrei para essas perspectivas que tomam questões do estruturalismo, do Lévi-Strauss, por exemplo, “*O cru e o cozido*”, e problematizam, no sentido de tirar essa ideia de sempre oposições binárias: o sujo e o limpo, o casado e o solteiro, o bom e o mal, o pobre e o rico, e por aí vai... hoje me oponho ao mundo organizado em binarismos. Um autor importantíssimo para isso, é Michael Foucault, é o autor que em toda sua trajetória fez movimentar essa coisa de em vez da verdade, discutir os regimes da verdade, tratar das conexões entre saber e poder, aplicar o chamado método arqueológico, o método genealógico, trabalhar com a ideia de formação discursiva, a própria ideia de discurso. Então o fruto disso tudo é que me encaminhei na vida para isso, na área que eu estou agora, que é uma área que bebe um pouco de autores e autoras que tomam questões importantes do estruturalismo e levam

adiante. São autores pós-estruturalistas e alimentam também o pensamento feminista, das teorias feministas, desde Simone de Beauvoir. No momento, eu estou muito apaixonado pelos estudos pós-coloniais, ou decoloniais ou descoloniais. Esses estudos, que vem desde Edward Said, mostram como a gente aqui na colônia incorporou, sem perceber, categorias da metrópole para pensar em nós mesmos. A própria área dos estudos de gênero e sexualidade tem uma produção muito vigorosa nesse sentido, no âmbito de estudos *gays* e *lésbicos*. Do ponto de vista da raça, o autor principal é Frantz Fanon, com que eu tive contato, o conheci mais recentemente, que tem pensamentos mais marcados por esse lugar de América Latina mestiça, negra, indígena, e, nos últimos anos, uma autora fundamental, Judith Butler. Fui introduzido a ela por Guacira Louro, minha orientadora de doutorado. Butler virou polêmica, virou uma inimiga da “ideologia do gênero”. As discussões que ela faz sobre precariedade, norma, vida abjeta, discussões sobre heteronormatividade, essas questões todas das teorizações *queer*, do que se trata uma pedagogia *queer*, a Guacira tem um livro sobre isso. Eu navego um pouco por aí, exatamente o que é o meu campo, eu não tenho muita certeza hoje em dia, mas eu me alimento desse tipo de leitura, oriento as teses e dissertações mais ou menos por aí, são essas leituras que eu acho mais instigantes para entender, e essas leituras todas estão sob ataque hoje em dia. A Butler é um exemplo, até a Simone de Beauvoir já foi mal falada pelos vereadores de várias câmaras municipais por aí e que pensam que a mulher ainda é viva. Na área da História, gosto cada vez mais da aproximação da História com a Literatura, que vem desde o Hayden White. Eu não dou conta de ler tudo, mas eu gosto demais desse campo, acho que tem indagações muito interessantes. Gosto muito da literatura trans também, hoje em dia o fenômeno trans no mundo, transexualidade, transdiversidade, e eu já tive orientandos trans, atualmente tenho um homem trans que faz mestrado comigo, acho tudo muito interessante, mas é material pra outra entrevista.

Atualmente você faz parte do Movimento Ação Educação Democrática. Pode nos contar um pouco a respeito desse movimento?

Fernando Seffner: Em minha opinião, temos no Brasil, nos últimos anos, um ataque bastante evidente ao campo educacional, capitaneado por dois movimentos, que é o movimento que se conhece com o nome Escola Sem Partido e o movimento que elegeu a luta contra o que se chama de “ideologia de gênero”, que tem forte impacto

no ambiente educacional. Eu faço parte de um grupo maior no Brasil, que vem em um esforço de mostrar que educação e democracia são duas palavras que não podem ser separadas. O verdadeiro objetivo de uma educação é ser uma educação democrática ou para a democracia. É só no ambiente democrático que a ciência e as verdades científicas podem ser discutidas. Um regime democrático é o que fornece boas possibilidades para a existência da escola, pois a escola é sobretudo um lugar de liberdade de expressão. Liberdade de expressão, para que se entenda bem, não é cada um dizer o que bem entende, mas é ter condição de saber que naquele lugar eu posso dizer a minha ideia, inclusive para ser criticado pelos outros e no limite para que os outros digam “Não. Você não pode fazer a defesa do holocausto, não pode ser anti-judeu, ser anti-negros, porque isso significa a disseminação dos discursos do ódio”. A escola tem que ser um lugar em que o sujeito possa dizer, para ele ser educado a não dizer, inclusive. Tudo isso pressupõe uma escola com liberdade de expressão. A liberdade de expressão dentro da escola está apoiada em duas coisas: primeiro, a liberdade de ensinar do(a) professor(a), e segundo, o direito à educação ou direito de aprender do(a) aluno(a). O(a) docente tem o direito à liberdade de ensinar as coisas e o(a) estudante tem o direito de perguntar o que ele quiser perguntar, mesmo que as perguntas possam parecer malucas, mas é para isso que você vai à escola, se não precisasse perguntar nada, ninguém iria para escola. Hoje em dia, se você não permite que as perguntas sejam feitas na escola, todo mundo vai fazer as perguntas para a Internet, pelo celular, e vai se alimentar de uma série de informações de baixíssima qualidade. Então, para mim, o Movimento Ação Educação Democrática é um movimento para sensibilizar a sociedade brasileira de que não é possível ter uma educação de qualidade se ela não for simultaneamente ligada com o ideal democrático. Nós estamos a favor da lei, o art. 206 diz claramente, entre outras coisas, que a escola tem que ter uma gestão democrática e que a escola é o lugar de pluralidade de pensamentos e de métodos pedagógicos. Então, esse é o objetivo do Movimento Ação Educação Democrática. Espero que ele cresça, para se contrapor a esses outros movimentos que claramente não desejam a democracia na escola, que querem estabelecer uma censura aos temas, querem impedir os professores de perguntar, com o Escola Sem Partido, que agora foi recém posto na Câmara Federal, querem inclusive criminalizar os alunos que não poderiam se manifestar em alguns

assuntos. Para mim, isso é o fim do mundo e esse não é o ambiente escolar que eu defendo.

Notas

* Jean Pablo Guimarães Rossi é Psicólogo, Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD da Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR/Campo Mourão e Professor em Faculdades do Centro do Paraná. E-mail: psijeanpablo@gmail.com

** Ricardo Fernandes Pátaro é Professor Adjunto C do Centro de Ciências Humanas e Educação e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR/Campus de Campo Mourão). Possui doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá - UEM (2015), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2008) e graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2001). E-mail: ricardopatara@gmail.com

¹ O objetivo do Movimento Educação Democrática é estimular o desenvolvimento e divulgação de ações em benefício da garantia ao exercício do direito à educação democrática, pública, gratuita e laica em todos os níveis e graus. O site do movimento funciona como um espaço para armazenar e divulgar as ações. Os executores da ação/atividade são parceiros e parceiras que vão desde programas de pós-graduação, faculdades, escolas públicas e privadas, organizações não governamentais, fóruns de discussão etc. Acesse o site e divulgue sua ação: <https://www.acaoedudemocratica.org.br/>

² No ano de 2016, estudantes do Ensino Médio ocuparam mais de 300 escolas estaduais no estado do Paraná, em protesto contra a reforma do Ensino Médio apresentada por Michel Temer, então Presidente da República. Cinco universidades estaduais também foram ocupadas em solidariedade ao movimento dos(as) estudantes do Ensino Médio. As ocupações pretendiam evidenciar a falta de diálogo dos governantes e levou a novo desgaste ao governador do estado do Paraná à época, Beto Richa, que já havia vivido uma crise após a Polícia Militar de seu governo reprimir violentamente manifestação de professores e professoras, ação que deixou mais de 200 pessoas feridas e teve forte repercussão nacional.

³ A palavra *incel* é diminutiva da expressão inglesa *involuntary celibates* (celibatários involuntários, em tradução livre). Os *incels* são geralmente homens que não conseguem ter relações amorosas e culpam mulheres e homens sexualmente ativos por isso.

⁴ SEFFNER, Fernando. Escola pública e função docente: pluralismo democrático, história e liberdade de ensinar. In: MACHADO, André Roberto de A.; TOLEDO, Maria Rita de Almeida (Org.). **Golpes na história e na escola: o Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI**. São Paulo SP: Cortez Editora, 2017, p. 199-216.

⁵ NICOLAZZI, Fernando. Qual é o partido da escola sem partido? **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, n.5, v.3, jul/dez. 2016, p. 82-85. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/revistadolhiste/article/view/79154/45987>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

Recebido em: maio de 2019.

Aprovado em: junho de 2019.